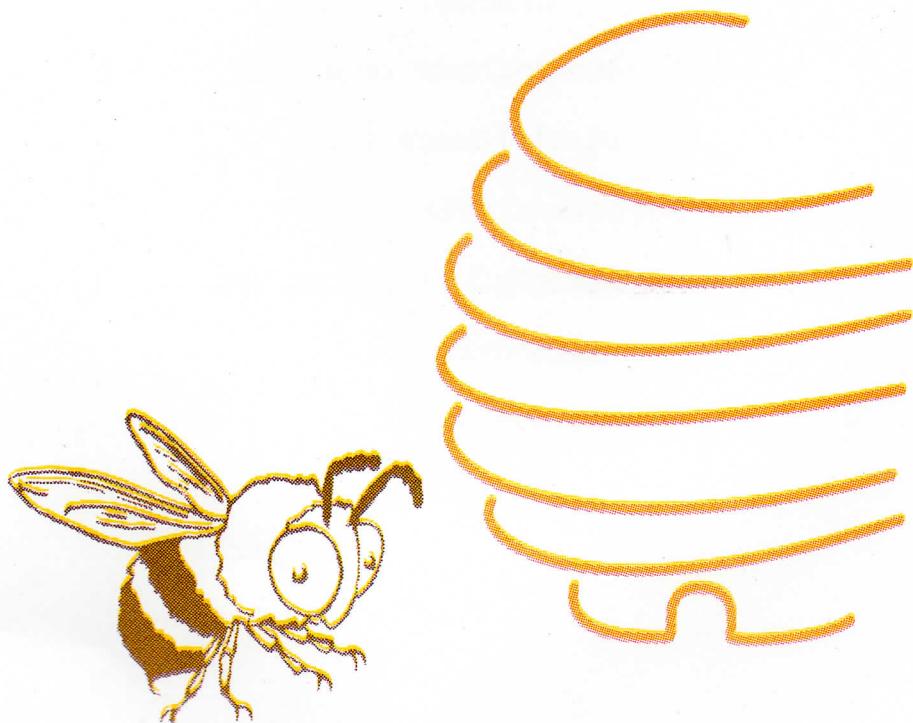


SÉRIE INFORMATIVA

ESPÉCIES APÍCOLAS PARA A REVEGETAÇÃO DE ÁREAS ALTERADAS: Benefícios e Cumprimento da Legislação



Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Instituto Florestal

"Se a abelha desaparecer da superfície do planeta, então ao homem restariam apenas quatro anos de vida. Com o fim das abelhas, acaba a polinização, acabam as plantas, acabam os animais, acaba o homem".

Albert Einstein

INDICE

	p.
Introdução.....	5
Por que Escolher Espécies Apícolas?.....	6
A Importância da Vegetação Nativa para os Apicultores.....	7
O Levantamento Preliminar das Espécies.....	7
O Potencial de Algumas Espécies.....	8
Espécies Não Recomendadas.....	9
Obtenção, Método Simples de Plantio e Quantidade de Mudas	9
Licenciamento Ambiental.....	19
Legislação.....	19
Federal.....	19
Estadual.....	20
Conclusão.....	22
Agradecimentos.....	22
Bibliografia Consultada.....	22

ESPÉCIES APÍCOLAS PARA A REVEGETAÇÃO DE ÁREAS ALTERADAS: BENEFÍCIOS E CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO

Ernesto Pedro DICKFELDT*

Introdução

O Estado de São Paulo, assim como os demais estados brasileiros, possui uma variada flora apícola de plantas nativas, no entanto sua cobertura vegetal atualmente está estimada em 13,9%. Considere-se, ainda, sua má distribuição, pois a maior parte dos remanescentes se localiza na faixa litorânea.

No interior, apesar da presença de grandes áreas de monocultura, existem alguns fragmentos naturais preservados, parte deles constitui as Unidades de Conservação. Entretanto, esforços têm sido direcionados para a recuperação de áreas alteradas, principalmente nas propriedades agrícolas, com a recuperação da vegetação nativa das Áreas de Preservação Permanente.

Essas áreas, em especial as matas ciliares, são fundamentais para a proteção dos recursos hídricos. Alguns produtores as consideram "não produtivas", porque não percebem seus benefícios.

O objetivo principal deste trabalho é fornecer informações aos produtores rurais e técnicos, para o plantio de espécies vegetais arbóreas apícolas nativas que ocorrem na região nordeste do Estado de São Paulo, para a recuperação de áreas alteradas, de acordo com os aspectos legais, e mostrar de forma simples e resumida a importância da vegetação nativa para a apicultura. Apesar do grande potencial da flora apícola brasileira e do interesse dos apicultores, poucos trabalhos foram produzidos visando ao zoneamento da flora e indicação das melhores espécies.

(*) Instituto Florestal, Caixa Postal 1322, 01059-970, São Paulo, SP, Brasil.

Por Que Escolher Espécies Apícolas?

Além de outros benefícios ecológicos, a recuperação dessas áreas, com a utilização das espécies apícolas, pode oferecer alimento e abrigo aos insetos polinizadores naturais.

Se o produtor desejar, com um bom planejamento, pode iniciar uma nova atividade em sua propriedade, a criação da abelha *Apis mellifera*, popularmente conhecida como "Abelha Europa" devido à sua origem; em razão da introdução de uma raça africana no Brasil, hoje a maioria das abelhas é mestiça.

A área com "pasto apícola", que possui várias espécies que florescem ao longo do ano, pode proporcionar ao produtor suplementação de renda em sua propriedade através da venda de produtos apícolas e do aumento na produção de sementes e frutos das culturas, resultado da polinização realizada pelas abelhas.

O consumo de alimentos nobres e nutritivos, como o mel, o pólen, a própolis e a geléia real, também traz benefícios diretos à saúde do produtor e de sua família.

Outra grande vantagem é o aproveitamento de áreas que sofrem restrições legais quanto à sua utilização, como as Áreas de Preservação Permanente - APPs.



Foto: Eduardo Padilha Gomes

FIGURA 1 - Imagem de um apiário junto a uma Área de Preservação Permanente.

A Importância da Vegetação Nativa para os Apicultores

Na região produtora de Citrus no interior do Estado de São Paulo existem áreas onde ocorrem intensas floradas no período de agosto a novembro.

O fator determinante para o início do florescimento é a água que chega com as primeiras chuvas, mas nunca com "data marcada" e nem sempre em quantidade suficiente, o que pode ocasionar uma queda na produção de mel de laranjeiras para os apicultores.

Como apicultor, técnico da área ambiental e interessado em Botânica, observei durante muitos anos a importância dos pequenos fragmentos florestais remanescentes localizados nas propriedades agrícolas. Várias espécies apícolas, ali encontradas, fornecem recursos alimentares às abelhas, mantendo as colméias populosas, minimizando os efeitos negativos em anos de estiagem prolongada com a produção de mel silvestre. Nos anos favoráveis, aumenta consideravelmente o volume da produção de mel na safra da primavera, com várias colheitas.

O Levantamento Preliminar das Espécies

A relação das espécies apícolas nativas indicadas neste trabalho teve como elemento principal o levantamento da vegetação que consta no Plano de Manejo do Parque Estadual de Porto Ferreira.

As observações realizadas em campo, durante muitos anos, na região nordeste do Estado de São Paulo, bacia hidrográfica do Alto Pardo/Mogi Guaçu, permitiram acrescentar neste trabalho algumas espécies que não constam como apícolas na literatura consultada, é o caso de *Tapirira obtusa* (pau-pombo), *Dalbergia miscolobium* (caviúna-do-cerrado), *Hexachlamys edulis* (pêssego-do-mato), *Maben fistulifera* (mamoninha-do-mato, piteira), *Terminalia argentea* (capitão-do-campo), *Machaerium villosum* (jacarandá-paulista), *Acacia plumosa* (arranha-gato), *Prunus myrtifolia* (pessegueiro bravo), *Zanthoxylum rhoifolium* (mamica-de-porca).

Espécies de árvores nativas da região, consideradas apícolas, além daquelas que ocorrem naturalmente no Parque Estadual de Porto Ferreira, também foram relacionadas.

As plantas herbáceas, lianas (cipós) e árvores exóticas, que ocorrem dentro do Parque Estadual de Porto Ferreira e região, não foram incluídas neste trabalho, apesar do enorme potencial de algumas destas para fornecer pólen e néctar.

O Potencial de Algumas Espécies

O potencial de uma espécie apícola pode variar entre as regiões. Fatores climáticos e tipos diferentes de solo podem influenciar no volume e concentração de açúcares no néctar, também a abundância de flores no raio de ação das abelhas determina a sua preferência. Assim, algumas espécies podem ser mais ou menos importantes em regiões com condições de solo e clima diferentes.

Existem plantas que pouco significam para a exploração da apicultura na região em estudo, outras satisfazem como manutenção e estimulante das colméias, e algumas se destacam pela contribuição na produção de mel.

Atribuir um valor para cada espécie não é o objetivo deste trabalho, mas algumas merecem ser citadas pela grande atração que exercem sobre as abelhas:

- ◆ assa-peixe (*Vernonia spp.*);
- ◆ capixingui (*Croton floribundus*);
- ◆ copaíba (*Copaifera langsdorffii*);
- ◆ sangra d'água (*Croton urucurana*);
- ◆ monjoleiro (*Acacia polyphylla*);
- ◆ angicos (espécies do gênero *Anadenanthera*);
- ◆ ingá-do-brejo (*Inga vera*);
- ◆ tamanqueira (*Aegiphyllea sellowiana*);
- ◆ lixa (*Aloysia virgata*);
- ◆ pau pôlvora (*Trema micrantha*), e
- ◆ espécies da família Myrtaceae (jabuticabeira, goiabeira, araçá, pitangueira, cambuí).

O produtor deve priorizar a escolha de espécies que florescem no outono e inverno. Nessa época, com temperaturas mais baixas e pouca floração, existe maior necessidade de alimento nas colméias, tanto para sua manutenção, quanto para o estímulo de postura dos ovos das rainhas, consequentemente, o aumento da população das abelhas implicará na primavera, em uma boa produção. Para esse período, se destacam as seguintes espécies:

- ◆ aroeira-preta (*Myracrodruon urundeuva*);
- ◆ assa-peixe (*Vernonia* spp.);
- ◆ guaçatonga (*Casearia silvestris*);
- ◆ louro pardo (*Cordia trichotoma*);
- ◆ mamoninha-do-mato, canudo-de-pito (*Mabea fistulifera*), e
- ◆ tapiá (*Alchornea iringuana*).

A espécie popularmente conhecida como mamoninha-do-mato ou canudo-de-pito (*Mabea fistulifera*) também fornece néctar para algumas espécies de pássaros e mamíferos.

Espécies Não Recomendadas

As espécies conhecidas popularmente como falso barbatimão e barbatimão (gênero *Dimorphandra* e *Stryphnodendron*, respectivamente) não foram incluídas na TABELA 1, pois existem evidências do efeito tóxico provocado pelo pólen destas plantas, causando grande mortandade das abelhas e prejuízos aos apicultores.

Espécies muito espinhentas, de rápido crescimento com características de invasoras, como o espinho-de-maricá (*Mimosa bimucronata*) e o arranha-gato (*Acacia plumosa*) atrapalham a realização dos tratos culturais necessários nos primeiros anos de plantio, pois dificultam a circulação do trabalhador na área plantada.

Obtenção, Método Simples de Plantio e Quantidade de Mudas

A TABELA 1 apresenta um grande número de espécies, porém muitas não são encontradas à venda em viveiros comerciais, devido à dificuldade destes em adquirir sementes ou conseguir porcentagem viável de germinação e bom desenvolvimento das plantas.

Contudo, foram encontradas várias espécies preferidas pelas abelhas, consideradas pelos apicultores da região como muito importantes, e que podem preencher vários meses do calendário apícola, sendo facilmente encontradas à venda nos bons viveiros comerciais, podendo constituir uma grande porcentagem das espécies plantadas, respeitando a Resolução SMA 8, de 31-01-2008.

TABELA 1 - Espécies apícolas** nativas de árvores e arbustos que ocorrem na região nordeste do Estado de São Paulo.

FAMÍLIA/NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	ZOO			OCORRÊNCIA			G. SUCESS.	MÊS FLORESC.
		CER	FE	MC					
Anacardiaceae									
<i>Astronium graveolens</i> Jacq.	guaritá		x	x	x	x		NP	ago.-set.
<i>Lithraea molleoides</i> (Vell.) Engl.	aroerinha		x	x	x	x		P	ago.-set.
<i>Myracrodruon urundeuva</i> Allernão (E)	aroearia preta		x	x	x	x		NP	jun.-jul.
<i>Schinus terebinthifolius</i> Radde	aroearia	x	x	x	x	x		P	set. a jan.
<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.	peito de pombo	x	x	x	x	x		P	ago. a dez.
<i>Tapirira obtusa</i> (Benth.) J.D.Mitch.	pau-pombo	x	x	x	x	x		NP	set.-out.
Apocynaceae									
<i>Aspidosperma cylindrocarpum</i> Müll. Arg.	peroba poca			x	x	x		NP	set.-out.
<i>Aspidosperma raniflorum</i> Müll. Arg.	guatambu amarelo			x	x	x		NP	set. a nov.
Araliaceae									
<i>Dendropanax cuneatus</i> (DC.) Decne. & Planch.	maria mole	x	x	x	x	x		P	maio a jul.
<i>Schefflera vinoso</i> (Cham & Schltdl.) Frodin	mandiç.-do-cer.	x	x	x	x	x		NP	jun.-jul.
Areceaceae									
<i>Acrocomia aculeata</i> (Jacq.) Lodd. ex Mart	macauveira	x	x	x	x	x		P	set.-jan.
<i>Euterpe edulis</i> Mart. (E)	palmite branco/jucara	x	x	x	x	x		NP	set. a dez.
<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman	jerivá	x	x	x	x	x		NP	set. a mar.
Asteraceae									
<i>Baccharis dracunculifolia</i> A. DC.	alecrim, vassoura	x	x	x	x	x		P	fev. a abr.
<i>Gochmania polymorpha</i> (Less.) Cabrera	cambará							P	out. a dez.

continua

continuação – TABELA 1

FAMÍLIA/NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	ZOO			OCORRÊNCIA			G. SUCESS.	MÊS FLORESC.
		CER	FE	MC					
Asteraceae									
<i>Vernonia diffusa</i> Less.	assa-peixe-branco	x	x	x			p		
<i>Vernonia polyanthes</i> (Spr.) Less.	assa-peixe-preto	x	x	x	x	x	NP		jul. a set.
Boraginaceae									
<i>Cordia ecuadorensis</i> *	café-de-bugre	x	x	x	x	x	p		out. a jan.
<i>Cordia trichotoma</i> (Vell.) Arrab. ex Steud	louro-pardo		x	x	x	x	NP		abr. a jun.
<i>Pitagonula americana</i> L.	guaiuvira			x			NP		ago. a out.
Cannabaceae									
<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	pau polvora	x		x	x	x	p		
Caryocaraceae									
<i>Caryocar brasiliense</i> Camb.	pequi	x	x				NP		set. a nov.
Clethraceae									
<i>Clethra scabra</i> Pers	maria-mole	x	x				p		dez. a mar.
Clusiaceae									
<i>Colophyllum brasiliensis</i> Cambess.*	guanandi	x		x	x	x	NP		set. a nov.
<i>Garcinia gaudichaudiana</i> (Planch. & Triana) Zappi	bacupari	x		x	x	x	NP		ago.-set.
Combretaceae									
<i>Terminalia argentea</i> Mart. & Succ.	capitão-do-campo	x					NP		jul. a set.
Dilleniaceae									
<i>Davilla elliptica</i> St. Hil.	lixia, folha-de-lixa	x					NP		maio-jun.

continua

continuação – TABELA 1

FAMÍLIA/NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	ZOO	OCORRÊNCIA			G. SUCESS.	MÊS FLORESC.
			CER	FE	MC		
Erythroxylaceae							
<i>Erythroxylum pelleterianum</i> St. Hil.	mercurio	X	X			NP	ago. a out.
<i>Erythroxylum suberosum</i> St. Hil.	mercurio-do-campo	X	X			NP	ago. a out.
Euphorbiaceae							
<i>Actinostemon estrellensis</i> Muell.Arg.	pé-de-cachorro		X	X		NP	ago.set.
<i>Alchornea iricurana</i> Casar.	tapiá	X		X	X	P	maio-jun., out.-nov.
<i>Croton floribundus</i> Spreng.	capixingui		X	X	X	P	out. a dez.
<i>Croton piptocalyx</i> Müll.Arg.	caixeta		X	X	X	P	out.-nov.
<i>Croton urucumana</i> Baill.	sangra d'água			X	X	P	dez. a jun.
<i>Mabea fistulifera</i> Mart.	mamoninha do mato		X	X	X	P	abr. a jun.
<i>Sapium glandulatum</i> (Vell.) Pax	leiteiro	X		X	X	P	out. a jan.
Fabaceae							
<i>Acacia plumosa</i> Lowe.	arranha-gato		X	X	X	P	jan.-fev.
<i>Acacia polyphylla</i> DC.	monjoleiro		X	X	X	P	dez. a mar.
<i>Albizia niopoides</i> (Benth.) Burkart var. <i>niopoides</i>	farinha seca		X	X	X	P	out. a jan.
<i>Anadenanthera fulata</i> (Benth.) Speg.*	angico do cerrado		X	X	X	P	set.-out.
<i>Anadenanthera macrocarpa</i> (Benth.) Brenan*	angico vermelho		X	X	X	P	set. a nov.
<i>Copajera langsdorffii</i> Desf.	copaíba		X	X	X	NP	dez. a mar.
<i>Dalbergia miscolobium</i> Benth.	cavúnia-do-cerrado		X	X	X	NP	dez. a fev.
<i>Enterolobium contortissimum</i> (Vell.) Morong	timboril		X	X	X	P	set. a nov.
<i>Enterolobium gummiferum</i> (Mart.) J.F.Macbr.	timboril-do-cerrado		X	X	X	NP	ago.-set.
<i>Holocalyx balansae</i> Mich.	alecrim-de-campinas		X	X	X	NP	out.-nov.

continuação – TABELA 1

Continua

FAMÍLIA/NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	ZOO	OCORRÊNCIA	G. SUCES.	MÊS FLORESCE.
		CER	FE	MC	
Fabaceae					
<i>Hymenaea courbaril v. stillocarpa</i> (Hayne) Y.T.Lee & Langenh.	jatobá	X	X	X	NP
<i>Hymenaea stigmonocarpa</i> Mart. ex Hayne	jatobá-do-cerrado	X	X	X	NP
<i>Inga laurina</i> (Sw.) Willd.	ingá mirim	X	X	X	P
<i>Inga vera</i> Willd. subsp. <i>affinis</i> (DC.) T.D. Penn	ingá do brejo	X	X	X	P
<i>Lonchocarpus muehbergianus</i> Hassk	embira-de-sapo		X	X	P
<i>Machaerium nictitans</i> (Vell.) Benth.	bico-de-pato		X	X	P
<i>Machaerium stipitatum</i> (DC.) Vogel	sapuvinha		X	X	P
<i>Machaerium villosum</i> Vogel	jacarandá-paulista		X	X	NP
<i>Mimosa bimucronata</i> (DC.) Kuntze	maricá, silva		X	X	P
<i>Myroxylum perufiferum</i> L.f. (E)	caberéuva		X	X	NP
<i>Ormosia arborea</i> (Vell.) Harms	olho-de-cabra	X	X	X	NP
<i>Peltophorum dubium</i> (Spreng.) Taub.	canafistula		X	X	P
<i>Pithecellobium goniocanthum</i> (Mart.) J.F. Macbr.	pau jacaré		X	X	P
<i>Platycyamus regnellii</i> Benth.	pau-pereira		X	X	NP
<i>Platypodium elegans</i> Vogel	amendoim do campo		X	X	NP
<i>Pterodon pubescens</i> Benth.*	faveiro, sucupira		X	X	NP
<i>Schizolobium parahyba</i> (Vell.) S.F. Blake	amendoim-bravo		X	X	P
	guapuruvu		X	X	P
Lamiaceae					
<i>Aegiphila lhotzkyana</i> Cham.	tamanqueira do cerrado	X	X		NP
					nov.-dez.

continua

continuação – TABELA 1

FAMÍLIA/NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	ZOO			OCORRÊNCIA			G. SUCESS.	MÊS FLORESC.
		CER	FE	MC					
Lamiaceae <i>Aegiphila sellowiana</i> Cham. <i>Vitex montevidensis</i> Cham.	tamanqueira tarumã	x	x	x	x	x	x	P NP	dez.-jan. out.-dez.
Lauraceae <i>Persea pyrifolia</i> Nees & Mart. ex Nees	abacate-do-mato	x	x	x	x	x	x	NP	out.-nov.
Lecythidaceae <i>Carriniana estrellensis</i> (Raddi) Kuntze <i>Carriniana legalis</i> (Mart.) Kuntze	jequitibá-branco jequitibá-rosa	x	x	x	x	x	x	NP NP	out. a dez. dez. a fev.
Lythraceae <i>Lajooensis pacari</i> A.St.-Hil.	dedaleiro	x	x	x	x	x	x	P	out. a dez.
Malpighiaceae <i>Brysonima coccophylla</i> Kunth	murici	x	x	x	x	x	x	NP	dez.-jan.
Malvaceae <i>Ceiba speciosa</i> (A.St.-Hil.) Ravenna <i>Guzmania ulmifolia</i> Lam.	paineira mutambo	x	x	x	x	x	x	NP P	mar. a maio set. a nov.
	<i>Luehea divaricata</i> Mart. <i>Luehea grandiflora</i> Mart. & Zucc.			x	x	x	x	NP	dez. a fev. maio a jul.
Meliaceae <i>Cedrela fissilis</i> Vell.	açãoita-cavalo-miúdo açãoita-cavalo-graúdo	x	x	x	x	x	x	NP	ago-set.
	<i>Guarea guidonea</i> (L.) Sleumer <i>Trichilia clausenii</i> C. DC.	x	x	x	x	x	x	NP	dez. a mar. ago. a out.

continua

continuação - TABELA 1

FAMÍLIA/NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	ZOO	OCORRÊNCIA			G. SUCES.	MÊS FLORESCE.
		CER	FE	MC			
Myrsinaceae							
<i>Rapana ferruginea</i> (Ruiz & Pav.) Mez.	pororoca	X	X	X	X	P	maio-jun.
<i>Rapana umbellata</i> (Mart. ex DC.) Mez.	capotoroca-da-mata	X	X	X	X	P	jun.-jul., dez.-jan.
Myrtaceae							
<i>Campomanesia adamanitum</i> (Cambess.) O.Berg	gabiroba-d-o-cerrado	X	X	X	X	NP	ago. a out.
<i>Campomanesia guazumaefolia</i> (Cambess.) O.Berg	sete-capotes	X	X	X	X	NP	out.-nov.
<i>Eugenia brasiliensis</i> Lam. (E)	grumixama	X	X	X	X	NP	set. a nov.
<i>Eugenia involucrata</i> DC.*	cerejeira	X	X	X	X	NP	set. a nov.
<i>Eugenia pyrifolia</i> Cambess.*	uvaia	X	X	X	X	NP	ago.-set.
<i>Eugenia uniflora</i> L.*	pitanga	X	X	X	X	NP	ago. a nov.
<i>Heuchlamys edulis</i> (O. Berg.) Kausel & D. Legrand*	pêssego-d-o-mato	X	X	X	X	NP	ago.-set.
<i>Myrcia</i> spp.	cambuis	X	X	X	X	NP	ago. a nov.
<i>Myrcia torrentosa</i> DC.	goiabeira bravura	X	X	X	X	NP	jul. a out.
<i>Myrcaria cauliflora</i> (Mart.) O. Berg.	jabuticaba rajada	X	X	X	X	NP	jun.-ago., nov.-dez.
<i>Psidium guajava</i> L.	goiabeira	X	X	X	X	P	set. a nov.
Phyllanthaceae							
<i>Savia dyctiocarpa</i> Müll.Arg.	guaraiuva		X	X		NP	out.-nov.
Phytolacaceae							
<i>Gallesia integrifolia</i> (Spreng.) Harms	pau d' alho		X	X		NP	fev. a mar.

continua

continuação - TABELA 1

FAMÍLIA/NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	ZOO	OCORRÊNCIA	G. SUCESS.	MÊS FLORESC.
		CER	FE MC		
Rhamnaceae <i>Rhamnidiatum elaeocarpus</i> Reissek	saguaragi-amarelo	X	X	X	P
Rosaceae <i>Prunus sellowii</i> Koehne	pessegueiro-bravo	X	X	NP	out-nov. dez. a fev.
Rutaceae <i>Esenbeckia grandiflora</i> Mart.	guaxupita	X	X	NP	nov. a jan.
	mamica-de-porco	X	X	P	maio a jul.
	mamica-de-cadela	X	X	P	out-nov.
Salicaceae <i>Casaria decandra</i> Jacq.	guacatonga-verdeira	X	X	NP	jul.-ago.
	pau-de-espeto	X	X	NP	set-out.
	guacatonga	X	X	P	jun. a ago.
Sapindaceae <i>Cupania vernalis</i> Cambess.	arco-de-peneira	X	X	P	mar. a maio
Sapotaceae <i>Chrysophyllum gonocarpum</i> (Mart. & Eichler) Engl.	guatambu de sapo	X	X	NP	set. a nov.
Urticaceae <i>Cecropia glaziovii</i> Snettlage	embaúba-vermelha	X	X	P	set. a jan.
	embaúba-do-brejo	X	X	P	set.-out.

continua

continuação - TABELA 1

FAMÍLIA/NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	ZOO			G. SUCES.		MÊS FLORESC.
		CER	FE	MC	X	X	
Verbenaceae <i>Aloysia virgata</i> (Ruiz et Pav.) A. Juss. <i>Citharexylum myrianthum</i> Cham.	Iixa pau-viola		X		X	X	P
							ago. a nov. out. a dez.

LEGENDA

CER = Cerrado

FE = Floresta Estacional Semidecidual (mata do interior)

MC = Mata ciliar

ZOO = Possuem a dispersão de sementes e frutos feita por animais

G. SUCES. = Grupo Sucessional

P = Espécies pioneiras (crescimento rápido)

NP = Espécies não pioneiras (crescimento mais lento)

MÊS FLORESC. = Mês de Florescimento

(E) = Espécie enquadradada como ameaçada de extinção

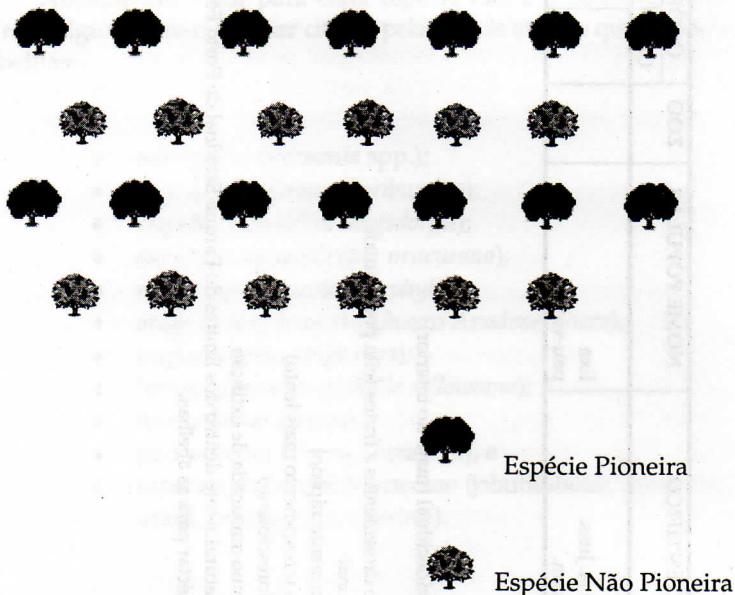
(*) Espécie que não ocorre naturalmente dentro dos limites do Parque Estadual de Porto Ferreira.

(**) Que fornece pôlen ou néctar para as abelhas.

O produtor que conhece e identifica as espécies, se tiver condições, pode formar as mudas em sua propriedade, ou recebê-las gratuitamente através de alguns programas oficiais de recuperação de áreas.

O sistema de plantio das mudas em linhas paralelas, alternadas com espécies Pioneiras - P e Não Pioneiras - NP, é uma forma simples e rápida para a realização do trabalho de revegetação, conforme observa-se na figura abaixo.

Esquema de Distribuição das Mudas em Campo



A quantidade de mudas a ser plantada varia em função do espaçamento a ser adotado, normalmente se utilizam 3 metros entre as linhas e 2 metros entre as plantas (3×2), pois isto permite a circulação de máquinas e implementos agrícolas entre as linhas, facilitando a realização dos tratos culturais na fase inicial. Dessa forma, o total de mudas a ser adquirido para plantio em cada hectare é de 1.667.

Licenciamento Ambiental

Antes de iniciar o trabalho de recuperação dentro de uma Área de Preservação Permanente - APP, é necessário obter o Licenciamento Ambiental junto ao escritório regional do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DEPRN, pois qualquer intervenção em APP, sem autorização, é considerada crime ambiental.

Legislação

A legislação e a lista de espécies ameaçadas sofrem periódicas alterações. Para realizar um trabalho de revegetação de uma área em APP, o produtor ou técnico deverá ter a certeza de que está agindo conforme as normas técnicas e jurídicas em vigor. Em caso de dúvida, deve procurar um técnico da área.

São apresentados a seguir, de maneira simplificada, os aspectos mais importantes da legislação atual, relacionados à recuperação de áreas.

Federal

Na Lei Federal nº 4.771/65 – **Código Florestal** –, o artigo 2º define as áreas de preservação permanente (última alteração através da Lei Federal nº 7803/89):

Artigo 2º - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

- a) Ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:
 - 1- de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
 - 2- de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a cinqüenta metros de largura;
 - 3- de 100 (cem) metros para cursos d'água que tenham 50 (cinquenta) metros a 200 (duzentos) metros de largura;
 - 4- de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscientos) metros;
 - 5- de 500 (quinquinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscientos) metros;

- b) Ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água, naturais ou artificiais;
- c) Nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados “olhos d’água”, qualquer que seja a situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;
- d) No topo de morros, montes, montanhas e serras;
- e) Nas encostas ou parte destas com declividade superior a 45° equivalente a 100% na linha de maior declive;
- f) Nas restingas, como fixadoras e dunas ou estabilizadoras de mangues;
- g) Nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;
- h) Em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

Parágrafo único – No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis do uso do solo, respeitando os princípios e limites a que se refere este artigo.

Estadual

Na legislação do Estado de São Paulo, encontra-se a “Resolução SMA 8, de 31-01-2008, que fixa a orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas”; esta resolução está disponível para consulta em: www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/legislacao/estadual/resolucoes/2008_Res_SMA_08.pdf.

Para o proprietário rural, no que se refere a essa resolução, é essencial observar que:

- ▲ as orientações dessa resolução se aplicam para áreas que originalmente eram ocupadas por florestas ou cerrado;
- ▲ o proprietário rural deverá plantar no mínimo 80 (oitenta) espécies de ocorrência regional;
- ▲ 20% (vinte por cento) das espécies plantadas deverão ser zoocóricas, ou seja, espécies que possuem dispersão das sementes e frutos realizada pela fauna nativa (TABELA 1, coluna ZOO, espécies zoocóricas assinaladas com um X);
- ▲ 5% (cinco por cento) das espécies plantadas deverão estar enquadradas em alguma categoria de espécie ameaçada da região, segundo a listagem do Instituto de Botânica do Estado de São Paulo. Na TABELA 1, as espécies apícolas ameaçadas estão indicadas com (E);
- ▲ as espécies escolhidas deverão ser de dois grupos ecológicos: Pioneiras (pioneeras e secundárias iniciais) e Não Pioneiras (secundárias tardias e climáticas);
- ▲ o limite mínimo para qualquer um dos grupos é de 40%, ou seja, o total de indivíduos P ou NP não deverá ser superior a 60% do total, exceto para a recuperação de cerradão;
- ▲ entre as espécies pioneiras, nenhuma deverá ultrapassar 20% (vinte por cento) de indivíduos do total do plantio;
- ▲ entre as espécies não pioneiras, nenhuma poderá ultrapassar o limite de 10% (dez por cento) de indivíduos do total do plantio;
- ▲ no máximo 10% (dez por cento) de cada espécie podem ter menos de 12 (doze) indivíduos por projeto;
- ▲ o produtor deve adotar práticas de conservação de solo, controlar espécies invasoras e realizar práticas de manutenção da área por um período mínimo de dois anos, e
- ▲ as iniciativas voluntárias de recuperação florestal, em áreas consideradas de preservação permanente (Lei Federal nº 4771-65) e não enquadradas no artigo 4º dessa Resolução, requerem a aplicação do procedimento simplificado de aprovação pelo DEPRN, com prioridade de análise e isenção de taxa.

Conclusão

O levantamento preliminar deste trabalho, com 108 espécies arbóreo-arbustivas apícolas nativas da região nordeste do Estado de São Paulo, permite concluir que sua flora é muito rica.

As espécies podem ser usadas na recuperação de áreas alteradas de acordo com os aspectos legais e propiciar benefícios ecológicos, econômicos e sociais.

Agradecimentos

Aos amigos pelo incentivo, à PqC Dra. Marlene Tabanez pelo apoio, ao PqC Dr. Ricardo Gaeta Montagna pelas sugestões e à Yara Cristina Marcondes pela revisão deste trabalho.

Bibliografia Consultada

BRASIL. Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Código Florestal - artigo 2º. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/legislacao/federal/leis/1965_Lei_Fed_4771>. Acesso em: 20 jan. 2008.

CAPIXINGUI: néctar para excelente mel. *Revista Brasileira de Apicultura*, São Paulo, n. 9, p. 5, 1994.

CINTRA, P.; MALASPINA, O.; BUENO, O. C. *Plantas tóxicas para abelhas*. Disponível em: <www.biologico.sp.gov.br/arquivos/v72_4/cintra.PDF>. Acesso em: 24 jan. 2008.

COLAPSO das colônias. Será que plantações de transgênicos estão matando as abelhas? Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Conteudo/Conteudo.asp?id=45618>>. Acesso em: 28 fev. 2008.

CRESTANA, M. de S. M. et al. (Org.). Florestas - sistemas de recuperação com essências nativas, produção de mudas e legislações. 2. ed. Campinas: CATI, 2006. 248 p.

DURIGAN, G. et al. *Plantas do cerrado paulista: imagens de uma paisagem ameaçada*. São Paulo: Páginas & Letras, 2004. p. 167.

GONÇALVES, J. S.; CASTANHO FILHO, E. P. **Reserva legal:** obrigatoriedade e impactos na agropecuária paulista. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=6371>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

HAHN, C. M. Participação em projetos de recuperação florestal. In: FÓRUM SOBRE APP E RL NA PROPRIEDADE E PAISAGEM RURAL, 2007, Piracicaba. Disponível em: <http://sigam.ambiente.sp.gov.br/Sigam2/repositorio/126/documentos/Claudete_Marta_Hahn_Fundacao_Florestal.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2008.

LORENZI, H. (Coord.). **Árvores brasileiras.** 4. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2002. v. 1 e v. 2.

MALERBO, D. T. S.; COUTO, R. H. N. Goiabeira da vermelha e da branca. **Revista Brasileira de Apicultura**, São Paulo, n. 3, p. 21- 22, 1991.

MAPA dos remanescentes florestais do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.biota.org.br/expobio/Biota.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2008.

NILSSON, T. T. Flores do cerrado – mel de piqui. **Revista Apicultura no Brasil**, São Paulo, n. 4, p. 32, 1984.

_____. A hora e a vez do assa-peixe. **Revista Apicultura no Brasil**, São Paulo, n. 9, p. 36, 1985.

_____. Açoita cavalo. **Revista Apicultura no Brasil**, São Paulo, n. 17, p. 36, 1986.

_____. As espécies de angico. **Revista Apicultura no Brasil**, São Paulo, São Paulo, n. 12, p. 30, 1986.

_____. Vegetação do Cerrado: ótima opção de pasto apícola. **Revista Apicultura no Brasil**, São Paulo, n. 21, p. 7, 1987.

_____. Guaçatonga ou “erva de lagarto”. **Revista Apicultura no Brasil**, São Paulo, n. 27, p. 7, 1988.

_____. Imbaúba, ou árvore da preguiça. **Revista Apicultura no Brasil**, São Paulo, n. 29, p. 7, 1988.

NILSSON, T. T. Copororoca verdadeira. **Revista Apicultura e Polinização**, São Paulo, n. 31, p. 9, 1989.

_____. Camboatã vermelho ou arco-de-peneira. **Revista Apicultura e Polinização**, São Paulo, n. 36, p. 7, 1990.

_____. Jerivá ou geriva. **Revista Brasileira de Apicultura**, São Paulo, n. 38, p. 7, 1990.

_____. Peroba brava ou "maria-mole". **Revista Brasileira de Apicultura**, São Paulo, n. 5, p. 13, 1991.

POTT, A.; POTT, V. J. **Inventário apícola do Pantanal em Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <www.cpap.embrapa.br/publicacoes/download.php?arq_pdf>. Acesso em: 24 jan. 2008.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SMA-8, de 31.01.2008. Fixa orientação para reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/legislacao/estadual/resolucoes/2008_Res_SMA_>. Acesso em: 15 abr. 2008.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Gabinete do Secretário e Assessorias. **Listagem das espécies arbóreas e indicação de sua ocorrência natural nos biomas/ecossistemas e regiões ecológicas do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.ibot.sp.gov.br/legislacao/anexo_resol58.PDF>. Acesso em: 15 abr. 2008

SOUZA, V. C.; LORENZI, H. **Botânica sistemática – guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2005. 640 p.

TABANEZ, M. F. (Coord.) *et al.* Listagem geral das espécies arbóreo-arbustivas encontradas no Parque Estadual de Porto Ferreira. In: _____. **Plano de Manejo do Parque Estadual de Porto Ferreira**. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2006. CD Rom.

WIESE, H. *et al.* **Nova apicultura**. 6. ed. Porto Alegre: Agropecuária, 1985. 493 p.

**Produzido e Impresso
no SCTC**

Editoração: Yara Cristina Marcondes

Capa : Rafael Pistch Pinheiro

Arte Final: Carlos Eduardo Sposito

Serviços Gráficos: Carlos José de Araújo

outubro/2008

Instituto Florestal

INSTITUTO FLORESTAL
Rua do Horto, 931
Caixa Postal 1322 CEP 01059-970
Fone: (0XX11) 2231-8555
www.iforestsp.br



INSTITUTO
FLORESTAL

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO